SACRILEGENS Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF

USARSKI, Frank. A identidade da ciência da religião. São Paulo: Edições 70. Almedina, 2023.

Átila Augusto dos Santos[1]

Uma base sólida com silêncios necessários? A identidade da Ciência da Religião, de Frank Usarski

A solid foundation with necessary silences? The identity of the Science of Religion by Frank Usarski

Frank Usarski, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e uma das vozes mais influentes no campo brasileiro da Ciência da Religião, reúne em *A Identidade da Ciência da Religião* quatro ensaios que defendem com clareza a autonomia epistemológica do estudo acadêmico da religião. Publicado originalmente no Brasil e voltado para a realidade e o público brasileiros, o livro enfrenta de frente um problema recorrente: a dificuldade de delimitar fronteiras entre a abordagem científica, empírica, comparativa, metodologicamente agnóstica, abordagens confessionais e teológicas ou fenomenológicas de viés normativo.

O conceito orientador de toda a obra é o de "tradição da segunda ordem", emprestado de Karl Popper e do historiador da religião Walter Capps. Usarski explica que o termo é emprestado da história e da filosofia da ciência a qual designa a coesão cognitiva de uma comunidade científica devido ao compromisso dos seus integrantes com o legado intelectual "profundo" da sua disciplina (Usarski, 2023, p. 8). O autor defende que a tradição da segunda ordem deve ser entendida não como um conjunto fechado de doutrinas, mas como um processo contínuo de reflexão crítica sobre os procedimentos da disciplina. Essa metateoria permite que a Ciência da Religião reivindique independência em relação à teologia, à fenomenologia clássica e a outras áreas vizinhas.

[1] Doutorando em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Fellowships na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign-EUA; https://ifuss.illinois.edu/fellows-affiliates/. Mestre em Ciências da Religião e Graduado em Teologia pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bacharel em direito pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Advogado atuante. Faz parte do Grupo de Pesquisas de Gênero, Interseccionalidades, Religiões e Afetos-GIRAS (UMESP) e do Grupo de Pesquisa, Protestantismo e Pentecostalismo GEPP- PUC/SP. Parecerista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) das revistas Coisas do Gênero (EST) e Estudos de Religião (UMESP). Autor de livros como Fé na Inclusão (Recriar, 2023), Manual Antirracista Pentecostal (Literando,2025) e co-organizador de Negritudes e Religião (Editora Recriar) Lattes: http://lattes.cnpq.br/6149596350878500 ORCID:https://orcid.org/0000-0001-9245-4437E-mail:atilasantosadv@gmail.com

Walter Capps, referência central para Usarski, entende a tradição da segunda ordem como uma memória viva que cada disciplina carrega, um conjunto de escolas, métodos e saberes que circulam entre seus praticantes, os professores, os pesquisadores e os estudantes. Para Capps, não basta ter conteúdo, é preciso que haja uma consciência coletiva sobre como aquele conhecimento foi construído e deve ser transmitido. Sem isso, por mais que haja produção intelectual, não se pode falar propriamente de um campo científico. Assim, apenas operações acadêmicas que exponham uma tradição de segunda ordem podem ser consideradas manifestações de uma disciplina. Para Capps, um empreendimento intelectual coletivo que não seja sustentado por uma consciência compartilhada por seus praticantes simplesmente não chega a ser um campo científico de fato (Usarski, 2023, p. 23-25).

O primeiro ensaio do livro estabelece essa base conceitual, ou seja, Usarski sustenta que o estudo acadêmico da religião não se define apenas pelo conhecimento acumulado sobre religiões que é o conhecimento de primeira ordem, mas sobretudo pela reflexão crítica sobre como esse conhecimento é produzido, validado e transmitido. Três pilares são destacados. A primeira base compreende o estudo empírico e histórico dos fenômenos religiosos. A segunda, a comparação sistemática como método central e o agnosticismo metodológico. Por fim, a terceira base apresenta uma suspensão do juízo sobre a verdade ou falsidade das crenças estudadas.

O problema, ao nosso ver, seria que esses três pilares, estudo empírico-histórico, comparação sistemática e agnosticismo metodológico, são invocados, mas comumente não aplicados consistentemente ao contexto brasileiro. Um exemplo é o silêncio sobre questões de raça no texto. Neste contexto, um estudo genuinamente empírico e histórico da religião no Brasil não pode ignorar que o Candomblé e a Umbanda emergiram sob escravidão, resistência e racialização; uma comparação sistemática que exclui as diásporas africanas e as teologias cristãs negras e inclusivas, como a teologia da libertação negra ou as leituras queer, é comparativamente pobre. E no caso do agnosticismo metodológico, que avaliza a suspensão do juízo sobre a verdade das crenças, não deve suspender junto, por exemplo, o juízo sobre a relevância sociológica da raça; pelo contrário, exige levar a sério como a posição social do observador, incluindo sua branquitude – afeta a produção do conhecimento. Isso porque, como afirma Cida Bento:

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem modos de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. [...] Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (Bento, 2022, p. 15).

Logo, se as instituições, e a universidade é uma delas, operam a partir desse pacto narcísico da branquitude, a própria produção do conhecimento acadêmico não pode ser neutra ou imune a essa lógica. Os cristãos dissidentes negros e inclusivos, há décadas, denunciam a seu modo e maneira, que a ciência da religião brasileira, ao silenciar suas vozes, trai o próprio método que diz abraçar.

O segundo ensaio, escrito em coautoria com Astrid Reuter, aprofunda o trabalho de delimitação de fronteiras no contexto acadêmico alemão, criticando as tendências criptoteológicas presentes na fenomenologia clássica da religião, de Rudolf Otto a Joachim Wach. Os autores mostram como, sob o pretexto de descrever “o sagrado” ou “o numinoso”, esses fenomenólogos frequentemente reproduziam categorias teológicas protestantes como universais.

Pois bem, se no contexto alemão os autores denunciam a armadilha da criptoteologia protestante, no Brasil essa crítica precisa ser duplicada, uma vez que o que se disfarça de universal, aqui, muitas vezes é uma epistemologia branca e cristã. Os mesmos mecanismos que fizeram Otto e Wach tratarem o "sagrado" como experiência genérica continuam operando quando o livro de Usarski ignora o Candomblé e a Umbanda, ou quando trata cristãos dissidentes negros e inclusivos como irrelevantes. Como mostra Cida Bento no Pacto da Branquitude, o silêncio sobre raça já é um ato de poder.

O terceiro ensaio traz uma distinção conceitual original. Usarski confronta a proposta de Udo Tworuschka – uma "ciência prática da religião" normativa e intervencionista – e defende, em contrapartida, uma "ciência aplicada da religião", de caráter descritivo e empiricamente rigoroso, cujos resultados podem ser utilizados por atores externos sem que o pesquisador abandone o agnosticismo metodológico. Para Usarski, a diferença entre prescrever intervenções, ciência prática, e oferecer análises rigorosas para uso alheio, ciência aplicada, não é meramente terminológica pois envolve

diretamente o compromisso ético do pesquisador. Ele ilustra o ponto com um exemplo etnográfico, um pesquisador em Trinidad, pressionado por duas comunidades islâmicas rivais sunitas e xiitas a tomar partido em um conflito religioso. O pesquisador recusa-se a escolher um lado, mas fornece dados precisos a ambos. Mantém a indiferença metodológica. Para Usarski, isso é rigor. Para quem espera do cientista um posicionamento político ou religioso, talvez isso pareça pouco.

O quarto ensaio apresenta sugestões práticas de currículo para pós-graduação. Na área da saúde, Usarski pergunta: "Como as religiões interpretam o corpo?" e "O que as éticas religiosas dizem sobre a doação de órgãos e a eutanásia?" (Usarski, 2023, p. 68). Ele também cita uma brochura de um hospital norte-americano usada para "sensibilizar seus profissionais para a assistência diferenciada a seus pacientes, de acordo com as suas afiliações religiosas" (Usarski, 2023, p. 71). Sobre as relações internacionais, ele observa que, "devido aos acontecimentos dramáticos de 11 de setembro de 2001, o assunto ganhou uma visibilidade inédita" (Usarski, 2023, p. 72), e indica o livro *Religion and Politics in the International System Today* para análise por regiões (Usarski, 2023, p. 72). Nos esportes, menciona a coletânea *The Prophetic Dimension of Sport* (2019), escrita por vários especialistas, "inclusive por seis autores que atuam em programas de ciência da religião estadunidenses" (Usarski, 2023, p. 72-73), além de *Educação Física na Ciência da Religião,* de 2017 (Usarski, 2023, p. 73). No turismo, levanta questões como "as formas que o turismo religioso pode assumir" e quando as ofertas se tornam ambíguas "devido a conflitos inter-religiosos ou pela restrição da liberdade religiosa" (Usarski, 2023, p. 73). Por último, toca em políticas públicas ao defender que a formação prepare egressos para "atuar em um museu de arte sacra, no segmento da saúde alternativa, ou como guias de viagens capacitados a introduzir turistas ao simbolismo de edifícios religiosos" (Usarski, 2023, p. 63).

Já o apêndice final, intitulado *A ciência da religião como disciplina referencial para a teologia*, trata da relação entre as duas áreas com mais cuidado. Usarski reconhece que a teologia pode servir como uma "disciplina de referência" para a ciência da religião, já que fornece dados sobre doutrinas e hermenêuticas internas, afinal, ela tem compromisso normativo com uma fé específica. Mas ele é enfático nos fazendo entender que o ponto de vista normativo da teologia não pode ser adotado pela ciência da religião; se for, abandona-se o princípio da *epoché*, ou seja, a suspensão do juízo sobre a verdade

ou falsidade das crenças estudadas, condição básica para qualquer análise científica minimamente rigorosa.

O maior mérito do livro é sua clareza conceitual, Usarski consegue articular ideias complexas da filosofia da ciência em linguagem acessível sem sacrificar precisão. Sua defesa da autonomia do estudo da religião em relação à teologia é especialmente necessária em contextos como o brasileiro, onde muitos programas de pós-graduação ainda convivem com linhas de pesquisa confessionais. A distinção entre ciência prática normativa e ciência aplicada descritiva oferece uma solução elegante para um dilema recorrente: como tornar a disciplina socialmente relevante sem cair no ativismo. Além disso, o livro é valioso por sua perspectiva institucional, porque mostra como a identidade disciplinar também é uma questão de política acadêmica, currículos e disputas por recursos.

Só que há uma tensão que o próprio livro não resolve. A defesa da autonomia contra a teologia raramente pergunta como a teologia dominante no Brasil foi branca e aliada à escravidão. Ignorar a luta de cristãos e cristãs dissidentes negros e negras e das religiões de matrizes africanas não é neutralidade, como quer a *epoché* usarskiana, mas sim aquilo que Sueli Carneiro definiu como “epistemicídio” (Carneiro, 2005, p. 2), o sequestro, rebaixamento e assassinato da razão negra, anulando-a como sujeito do conhecimento, que aplicado ao campo da teologia, significa ignorar que as disputas teológicas também foram forjadas nesse epistemicídio (Carneiro, 2005, p. 10).

Além desses méritos, a identidade da ciência da religião apresentada por Usarski contém silêncios significativos, ainda mais graves porque o livro se destina ao público brasileiro. Em nenhum lugar dos quatro ensaios, nem nas sugestões curriculares, o autor aborda como as religiões de matrizes africanas, as diásporas religiosas e como os processos de racialização afetam ou deveriam afetar a tradição de segunda ordem. Seriam essas religiões sem cor? As religiões exemplares ao longo do livro são predominantemente o Cristianismo, o Islã, o Judaísmo, o Budismo e o Hinduísmo. O Candomblé, a Umbanda, as religiões indígenas e os fenômenos de sincretismo e resistência cultural associados a elas não aparecem na análise, embora sejam centrais para o estudo da religião no Brasil, especialmente considerando que os reflexos de quase quatrocentos anos de escravidão ainda são visíveis na realidade local.

Esse apagamento se torna ainda mais preocupante porque, mesmo quando se limita ao cristianismo, o livro deixa de considerar as vozes dissidentes desse próprio campo, sobretudo as de cristãos e cristãs negros e inclusivos, como as teologias negra, feminista e *queer*, que historicamente têm denunciado a cumplicidade da ciência da religião com estruturas raciais, misóginas e coloniais. Ignorar essas tradições críticas não é um simples lapso de referência é repetir o mesmo silêncio que ele diz querer romper. O que está em jogo, portanto, para além da visibilização de autores, é perceber que essas vozes dissidentes já fazem, na prática, o que Usarski defende no plano teórico, ou seja, uma ciência da religião que não se curva à teologia dominante ou à falsa neutralidade, nisso o livro as ignora, e com isso se torna menos radical do que sua própria aposta exigiria.

Essa ausência não é meramente temática, ela afeta a própria construção da "tradição de segunda ordem". Vale perguntar, por exemplo, como a crítica que Usarski faz à fenomenologia universalizante de Rudolf Otto (2005) se relaciona com a crítica pós-colonial dessa mesma tradição. Autores como Talal Asad, já mostraram que o conceito de "religião" como esfera universal e transcendente não nasceu neutro, pois se trata de uma construção ocidental moderna, amarrada a processos de colonialismo e secularização (Asad, 1993, p. 27). Em *Genealogies of Religion*, Asad argumenta que a definição antropológica de religião, especialmente a herdeira da fenomenologia de Otto, está longe de ser neutra. Para ele, ela opera como um dispositivo disciplinar que impõe categorias cristãs a outras tradições. A ideia de que a religião é uma essência universal separável de outras dimensões da vida social é, no fundo, uma visão ocidental historicamente articulada com o poder colonial. O livro de Usarski, no entanto, não dialoga com essa crítica. A fenomenologia clássica é tratada apenas como um erro epistemológico, uma busca por essências, uma criptoteologia, e não como um dispositivo de poder colonial que hierarquizou religiões entre "mundiais" e "primitivas".

Da mesma forma, questões de gênero, sexualidade e raça estão quase totalmente ausentes, mesmo que no contexto brasileiro exista uma lamentável liderança no ranking mundial de assassinatos de pessoas trans há quase duas décadas (Antra, 2025, *passim*), com uma morte violenta de LGBTI+ a cada 34 horas (GGB, 2025, *passim*). Os dados mostram uma realidade ainda mais cruel quando cruzados com raça, pois cerca de 72% das vítimas de LGBTfobia são negras (Antra, 2023, *passim*), o que não se deve ignorar é

que essa violência não é neutra, ela é frequentemente alimentada por discursos religiosos hegemônicos que condenam dissidências sexuais enquanto exaltam o cristianismo hegemônico como paradigma, o mesmo paradigma que Usarski critica na fenomenologia, mas sem estender a crítica às hierarquias raciais e de gênero.

É justamente essa conexão entre religião, racismo e violência que feministas negras como Lélia Gonzalez já denunciavam nos anos 1980. Gonzalez apontava como o saber acadêmico sobre religião ignorava as práticas de matriz africana, tratando-as como "folclore" ou "sincretismo", enquanto o catolicismo reinava como paradigma. Para ela (1988), o que chamamos de sincretismo é, na verdade, a resistência cultural de um povo que manteve suas divindades sob a máscara dos santos católicos. Incorporar essa perspectiva significaria que a "autorreflexão crítica" da tradição de segunda ordem deveria incluir a descolonização de suas próprias categorias.

É aí que entra Jurema Werneck, quando em entrevista ao Portal Geledés (Werneck, 2017, online), ela observa que o racismo e a discriminação racial afetam toda pessoa negra, mas não da mesma forma. Afinal, gênero, sexualidade e classe produzem experiências desiguais. Essa visão interseccional escancara a lacuna deixada por Usarski pois sua "autorreflexão crítica" não pergunta como poder, desejo e identidade se cruzam com a violência religiosa. O "agnosticismo metodológico" usarskiano talvez não baste, seria necessário um compromisso acadêmico mais forte, especialmente quando se levam a sério as experiências religiosas de diversas pessoas, incluindo as negras, ou seja, quando se estudam religiões historicamente perseguidas, como é o caso no Brasil.

O caso brasileiro é emblemático, pois as religiões de matriz africana sofreram e ainda sofrem, uma violência epistêmica e física que não pode ser ignorada por uma “tradição de segunda ordem” que se pretende reflexiva. Um cientista da religião que estuda o Candomblé não está em uma posição simétrica em relação a um colega que estuda o catolicismo romano, as relações de poder entre essas tradições no espaço público brasileiro são radicalmente diferentes. A *epoché* proposta por Usarski corre o risco de se tornar uma suspensão de juízo que também suspende a responsabilidade histórica.

Esses silêncios não invalidam a obra, ao contrário, indicam que *A identidade da ciência da religião* é um ponto de partida que estabelece um alto padrão teórico e, ao fazê-lo, permite perguntar: o que e quem ainda precisa ser incluído para que a disciplina seja verdadeiramente adequada à complexidade das religiões em um mundo pós-colonial?

Como a própria tradição de segunda ordem exige autorreflexão crítica contínua, as ausências apontadas tais como a raça/etnia, o gênero, a sexualidade, a pós-colonialidade, esses não são defeitos fatais, mas convites para que pesquisadores futuros, especialmente aqueles situados em posições historicamente marginalizadas, expandam o legado de Usarski em direção a um conhecimento mais plural e mais justo. Resta, porém, uma provocação final, ainda mais incômoda porque o livro, pelo que se depreende, foi escrito para e sobre brasileiros. Por isso, gostaríamos de finalizar com uma pergunta: como pode uma obra que se propõe a pensar a ciência da religião no Brasil considerar apenas uma parte da realidade brasileira, a branca, a cristã hegemônica, a que não precisa nomear seus próprios silêncios? Responder a essa pergunta, assumindo o desconforto que ela traz, seja talvez a tarefa mais urgente da ciência da religião no Brasil de hoje.

Referências bibliográficas

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê: *assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília, DF: ANTRA, 2024. 125 p. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf. Acesso em: 23 maio 2026.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais**.** Dossiê: *assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025*. Brasília, DF: ANTRA, 2026. 144 p. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 23 maio 2026.

ASAD, Talal. *Genealogies of Religion:* discipline and reasons of power in Christianity and Islam. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAPPS, Walter H. *Religious Studies*: the making of a discipline. Minneapolis: Fortress Press, 1995.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *257 mortes violentas*: 237 homicídios e 20 suicídios. Salvador: GGB, 2026. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/257-mortes-violentas-237homicidios-e-20-suicidios/. Acesso em: 23 maio 2026.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, n. 1, p. 70-82, 1988.

POPPER, Karl. *Conjectures and Refutations*: the growth of scientific knowledge. New York: Basic Books, 1962.

USARSKI, Frank. *A identidade da ciência da religião*. São Paulo: Edições 70/Almedina, 2023. 121 p.

WERNECK, Jurema. Jurema Werneck responde a 5 perguntas sobre discriminação racial. [*Entrevista cedida ao*] *Portal Geledés*, São Paulo, 21 mar. 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/jurema-werneck-responde-5-perguntas-sobre-discriminacao-racial/. Acesso em: 23 maio 2026.

OTTO, Rudolf. *O Sagrado*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2005.

WACH, Joachim. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Paulinas, 1990.